

A Sucessão das Gerações e a Reprodução Social

*Guaraci Adeodato Alves de Souza **

Este trabalho resume um esforço teórico-metodológico no sentido de explicitar como os processos demográficos endógenos, definidos (ahistórica e quantitativamente) pela demografia formal como fecundidade e mortalidade, podem ser figurados qualitativamente enquanto como parte integrante da vida social. Apresenta-se uma "retradução sociológica" de proposições modelares e paradigmáticas de Alfred Lotka sobre a estabilidade dos padrões de sucessão das gerações, como uma

mediação teórico-conceitual necessária à aplicação desta "teoria pura" ao estudo das manifestações deste processo na vida social concreta. Com este esforço, busca-se reagir a um modus operandi muito corrente nos estudos demográficos: a justaposição forçada de esquemas analíticos incompatíveis.

1 - Considerações Iniciais

Na segunda metade de século XX, houve um grande avanço na pesquisa social e histórica que legitimou, no âmbito das ciências sociais, temáticas relativas à sexualidade, ao amor, ao casamento, à procriação, à estrutura das famílias e às relações de geração e gênero, enquanto questões científicas "de ponta". Distintas contribuições da antropologia, da história social e da sociologia da família destacaram a importância dos sistemas simbólicos envolvidos nessas dimensões da vida social, enriquecendo as interpretações destas questões (Kertzer, 1984; Giddens, 1993).

Apesar disso, não se ampliou muito a clareza, a precisão e a consistência do tratamento dado ao processo da sucessão das gerações, e aos seus componentes propriamente demográficos, definidos classica-

* - Professora de Demografia do Departamento de Sociologia e pesquisadora do CRH - Centro de Recursos Humanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

mente como fecundidade, mortalidade, composição por idade e sexo e crescimento vegetativo.

As formulações mais precisas sobre esta problemática vêm se desenvolvendo, por vários séculos, ao interior da biologia e da demografia formal. E esta tradição da demografia não foi muito afetada pelos recentes avanços das ciências sociais, acima referidos. Teve seu rumo próprio. A partir dos anos 20, as contribuições decisivas de Lotka e outros, hoje englobadas na Teoria das Populações Estáveis, propiciaram recortes precisos de padrões hipotéticos diferenciados de sucessão das gerações ou da dinâmica demográfica endógena, mas expressos em modelos matemáticos ahistóricos. Tais modelos são inteiramente incompatíveis com os das teorias sociológicas e antropológicas contemporâneas, porque estão fundados em supostos que abstraem, do plano analítico em que operam, todos os tipos de ações, de relações sociais e de aspectos subjetivos e simbólicos. Exatamente o que estas últimas teorias buscam por em relevo. Assim, não tem sido possível se integrar, de modo direto, num mesmo esquema analítico, categorias e proposições da Teoria das Populações Estáveis com outras extraídas de teorias sociológicas sobre a ação, a reprodução social ou a modernização, como tentaram muitos dos pesquisadores agrupados em áreas interdisciplinares chamadas de "estudos populacionais" (Hauser e Duncan; 1959, p.1-26), demografia social e

sociologia da fecundidade ou da reprodução humana.

Sob esses rótulos metaforicamente unificadores deste campo científico em formação, as dimensões demográficas acima referidas são tomadas frequentemente como temas pontuais de pesquisa, definindo-se a natureza social e histórica desses processos com a indicação arbitrária de fatores não-biológicos ou não-demográficos, ditos seus determinantes. Como os nexos entre esses processos demográficos e a localização teórica deles ao interior da vida social ficam sem clara visualização, reproduz-se a velha antinomia entre a natureza supostamente material ou objetiva desses mecanismos, vistos como populacionais, e a natureza supostamente simbólica ou subjetiva dos seus determinantes maiores (Souza, 1992 b). A expressão fecundidade, que tem um significado preciso na demografia formal, converte-se numa metonímia, sendo muitas vezes considerada uma mera manifestação do exercício da sexualidade. Algumas tentativas de interpretar sociologicamente tal conceito, ou de indicar "o que está por trás da fecundidade", implicam ora a sua redução à noção de comportamento reprodutivo, ora a sua ampliação, sem limites precisos, na expressão reprodução humana, sem que se especifique o que se reproduz com tal comportamento ou em tal experiência humana.

Frequentemente, as importações entre essas tradições da demo-

grafia têm usado um *modus operandi* muito criticado (Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 1975): o da justaposição forçada de esquemas analíticos incompatíveis entre si, como uma tentativa de completar referenciais teórico-metodológicos considerados excludentes e inadequados, mas que fere critérios lógicos do raciocínio científico. Um tal *modus operandi* é o fundamento, por exemplo, da Teoria da Transição Demográfica, tanto nas vertentes econômicas, quanto nas sociológicas, que tomam um esquema da demografia formal para descrever o fenômeno das mudanças demográficas endógenas com um esquema da sociologia ou economia para, supostamente, explicá-lo (Souza, 1991). Como as justaposições desta ordem não constroem novo referencial analítico, o seu uso implica tanto a reprodução das mesmas deficiências das teorizações originais, quanto a criação de novas ambiguidades pela duplicidade de critérios. E isso não viabiliza maior consistência na interpretação dos fenômenos observados, com claro delineamento da natureza, localização, temporalidade, encadeamento e articulação dos processos demográficos aqui em foco.

Entre demógrafos formais e cientistas sociais voltados para estas questões não vem se concretizando o mesmo tipo de profícuo diálogo interdisciplinar que Kertzer (1984) identifica entre antropólogos culturais e historiadores da família. São paupáveis as barreiras às "trocas

simbólicas (Bourdieu, 1974), entre os membros dessas culturas científicas distintas, com visões e linguagens próprias, que historicamente vêm construindo a demografia (humana ou social), de modo parcial e fragmentado. Esse diálogo fica mais fácil quando as migrações estão em pauta, pois esses fenômenos, como não têm natureza sociobiológica, são menos complexos.

As insatisfações quanto ao estado das artes na demografia e as renovadas críticas às distintas formulações interpretativas sobre as experiências históricas de transição demográfica, evidenciam a permanência de dilemas e tensões analíticas não resolvidas no trato da problemática aqui abordada (Patarra, 1973; Caldwell, 1976; Figueroa e Alba org., 1982; Duarte, Montali, Oliveira e Patarra, 1985; Greenhalg, 1990 e Oliveira e Salles, 1991, entre outros). Contudo, parece quase consensual nos trabalhos críticos o entendimento de que a importação e assimilação de elementos analíticos originários de uma tradição científica pela outra, se realizadas com procedimentos metodológicos adequados, poderiam viabilizar um enriquecimento e uma renovação das análises. Para tanto, consideram ser necessárias novas categorias e conceitos, enquanto instâncias teórico-metodológicas de mediação, para mover o raciocínio de um plano de reconstrução analítica a outro. Porém, não existe concordância quanto a que teoria

ou teorias poderiam nortear tais tarefas teórico-metodológicas.

A recente proposta de Greenhalg (1990), de tomar como ponto de partida a ótica da "economia política da fecundidade," para daí incorporar achados contundentes da antropologia e da história social e demográfica sobre as mudanças da família e da fecundidade, não parece clara. Sobretudo, persiste na mesma lógica daqueles que acreditam que a demografia formal é um vazio teórico (Greenhalg, 1990, p. 86). Esses, como Hauser e Duncan (1959), Pressat (1967) e outros, a percebem como uma área de análise demográfica substantiva e técnica, onde apenas se realizam estudos quantitativos descritivos, relacionando arbitrariamente "variáveis demográficas" ou "variáveis populacionais" entre si. Uma espécie rara de ciência desnaturada, sem teoria! Com tal suposto, vão buscar, exatamente, como referências básicas, esquemas teórico-interpretativos de outras disciplinas que não põem, no foco central de estudo, os objetos fecundidade, mortalidade enquanto componentes endógenos da dinâmica demográfica ou mecanismos da sucessão das gerações. E isto, a meu ver, é um engano metodológico cometido na escolha mesma do ponto de partida.

Seguindo esta linha de preocupações, aponto neste artigo, um outro caminho metodológico para se trazer à demografia (enquanto ciência social em formação) algumas contribuições da sociologia, da antropo-

logia e da história social, relativas aos padrões ou regime da sucessão das gerações e às suas mudanças históricas. Argumento que isto pode e deve ser feito, sem se abandonar a ótica específica da demografia formal sobre tal problemática. Porém, operando-se algumas transformações teórico-metodológicas sobre as posições teóricas pertinentes desta tradição, e sem manter uma formalização matemática, já que isso (ou só isso) inibe a historicização do recorte analítico. São, também, indispensáveis e possíveis as formalizações não matemáticas ou qualitativas (Passeron, 1983; Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 1975; Davis e Blake, 1967) relativas à esta problemática em sua totalidade.

As formulações aqui apresentadas refletem, assim, a busca tanto de um procedimento metodológico mais consistente para nortear meu trabalho de pesquisa híbrido, quanto de uma linguagem para viabilizar meu diálogo com demógrafos formais e cientistas sociais, porque "entre les deux, mon coeur balance".

2- A Sucessão das Gerações nas Teorias de Lotka: Uma Referência Paradigmática

Para Lotka (1969), o trabalho científico de um demógrafo formal não se resume à mera produção de estatísticas demográficas, pois é importante: "não só, conhecer um conjunto de fatos, mas também, reconhecer

o seu encadeamento". Na sua "Teoria das Associações Biológicas" (de 1939) ele tinha um objetivo principal, meramente teórico: o de isolar e representar, de modo integrado e dinâmico, a reprodução numérica endógena ou intrínseca (numa população fechada), demonstrando como operavam os nexos multidirecionais entre os mecanismos (necessários e suficientes) que garantiam a continuidade temporal desse movimento, com um dado ritmo e uma dada estrutura; ou seja, sob um dado regime ou padrão.

Não é a população, em si mesma - um agregado de indivíduos - o objeto científico que ele reconstrói, distintamente do que muitos afirmam ser o objeto da demografia. A noção de população total e fechada, formulada mediante a imposição de uma série de supostos que tiram dos seus modelos certas características da realidade, é uma categoria analítica que especifica o contexto e as condições, dentro dos quais, mecanismos demográficos puros (não submetidos a interferências de fatores extrínsecos) determinariam o ritmo e a estrutura da reprodução numérica endógena. Como na biologia, esta noção alude, de modo abstrato, à totalidade de uma sociedade humana ou animal (à uma espécie) qualquer, isolada em seu território, ao interior do qual não coexiste com outras espécies. Tal contexto macrocoletivo é fechado aos diversos tipos de entradas e saídas de indivíduos que ultrapassam quer frontei-

ras espaciais, como os movimentos de emigração e imigração, quer fronteiras sociais, como a mobilidade social ascendente ou descendente. Portanto, essas pré-definições indicam que a análise não se aplica a contextos coletivos com fronteiras socioespaciais abertas, como o de uma cidade ou de uma classe social particular.

Com tal procedimento, Lotka visava retirar do foco de sua análise não só todos os tipos de ações e relações sociais referidas aos processos demográficos recortados, mas também todas as demais dimensões do real, inclusive as relativas às relações sociedade-espaco ou ao sistema ecológico no qual se envolvia dada espécie, em seu meio ambiente. E este elevado grau de abstração era necessário para cumprir duas tarefas teóricas principais. A primeira, a de libertar sua análise da extrema complexidade do real e poder reter sintética, dinâmica e quantitativamente a pura essência demográfica do processo mais decisivo e central da reprodução numérica de toda e qualquer sociedade, humana ou animal. A segunda, a de fazer uma demonstração precisa, estritamente teórica, de algumas hipóteses gerais a respeito das determinações dos diferentes padrões de sucessão das gerações, observados há vários séculos, de distintos modos e ângulos de visão.

Assim sendo, não buscou construir uma teoria geral sobre toda

a dinâmica demográfica, nem sobre os variados modos peculiares de reprodução numérica nas sociedades humanas. Tentou contribuir para uma teoria geral sobre uma problemática particular, considerando teoria um sistema integrado de hipóteses explicativas, e que seria geral, por sintetizar grandes generalizações sobre tal problemática. E foi muito bem sucedido nesse esforço, estabelecendo novas bases teórico-metodológicas e técnicas para o estudo empírico quantitativo dos padrões de sucessão das gerações em sociedades reais.

Essas contribuições de Lotka vieram à luz em fins dos anos 30, quando a chamada Transição Demográfica (no singular) já se completava na Europa e EEUU. Nesta fase, surgiam as primeiras versões da Teoria da Transição Demográfica (Thompson, 1929 e Notestein, 1945) e tomavam corpo as reflexões a respeito das diferenças e mudanças nos regimes demográficos endógenos observados. Data de 1937, por exemplo, a famosa conferência proferida por Keynes para os eugenistas ingleses, intitulada "Algumas consequências econômicas de uma população em declínio" (In Szmrecsányi org., 1978, p.180-188).

Três modelos teóricos iniciais delineavam três diferentes padrões hipotéticos de sucessão das gerações - população malthusiana, população estável e população estacionária -, que representavam os principais regimes correspondentes a dis-

tintos momentos do processo de Transição Demográfica. Tais protótipos foram construídos como variantes de um modelo geral, concebido como um sistema fechado com quatro componentes (necessários e suficientes), mutuamente dependentes, mantidos constantes no tempo, para figurarem a estabilidade de cada padrão; a saber:

- 1º) um dado conjunto (constante) de coeficientes específicos de fecundidade por idade (${}_nF_x$), que especificam, a um só tempo, um dado nível e dada distribuição etária da fecundidade, ou seja, dadas intensidade e velocidade da produção dos contingentes de nascimentos vivos, pelos contingentes de mulheres de diferentes gerações;
- 2º) um dado conjunto (constante) de coeficientes específicos de mortalidade por idade (${}_nM_x$), que especificam, a um só tempo, um dado nível e dado padrão etário da mortalidade, ou seja, dadas intensidade e velocidade da produção dos contingentes de mortos de distintas gerações, em faixas etárias diferentes;
- 3º) uma dada estrutura por idade e sexo ($C_{(a)}$), que especifica a forma ou a estrutura de realização (no tempo) de dado padrão de sucessão das gerações, determinada pelo jogo combinado dos mecanismos acima - F e M - que seriam os agentes ou forças responsáveis pelo movimento;

4º) um dado nível de crescimento vegetativo (r^v) - ou de crescimento intrínseco, no caso de populações estritamente estáveis - que especifica o ritmo de realização (no tempo) de dado padrão de sucessão das gerações, também determinado pelo jogo combinado dos mecanismos F e M , já que $r^v = b - d$, sendo b um dado nível geral de natalidade derivável dos F e d um dado nível geral de mortalidade derivável dos M .

Esses modelos definem um padrão dinâmico, pelas relações estáveis entre processos e estruturas, dadas as circunstâncias. Cada padrão é caracterizado por uma forma estrutural ($C_{(a)}$) e por um ritmo de processamento (r^v) próprios. Elementos estes, necessariamente interdependentes ($r^v \longleftrightarrow C_{(a)}$), por serem ambos determinados pela mesma combinação de forças propulsoras: os mesmo conjuntos de $F \longleftrightarrow M$.

A estabilidade de um padrão de reprodução numérica endógena, nada tem a ver com as noções de: 1) estática (ausência de movimento) dos modelos estático-comparativos como o de Davis & Blake (1967); 2) equilíbrio entre fatores demográficos e não-demográficos, muito comum nos modelos econômicos; 3) homeostase (equilíbrio homeostático), o funcionamento orgânico equilibrado, que implica tratar uma sociedade, ou âmbito particular desta, em analogia a um organismo vivo.

Estas noções são correntes em outras tradições científicas das ciências sociais. Na teoria em pauta, a estabilidade de um padrão reporta-se à sua persistência, num largo período de tempo da vida social, que cobriria um período equivalente ao completo ciclo de sobrevivência de uma geração; ou seja, mais de 60 ou 70 anos. E a mudança de padrão, definida como uma ruptura com as condições precedentes de sua estabilidade, é figurada pela passagem de um protótipo a outro.

Os modelos operacionais derivados desses protótipos de Lotka, servem à elaboração de projeções demográficas precisas, à construção dos mais variados padrões de populações estáveis (Coale e Demeny, 1968) ou quase-estáveis, permitindo a experimentação ou simulação de hipóteses de mudança (para o futuro e para o passado) ou a construção de cenários macro-demográficos.

3 - Passos Lógico Possíveis para uma Retradução Sociológica desta Problemática

Os procedimentos e as proposições de Lotka, a meu ver, encerram virtuosidades teórico-metodológicas que norteiam um esforço de transformação deste modo de representação da problemática, em outro correspondente. Isto é, orientam um rebatimento dessas formulações em outro plano analítico, onde a sucessão das gerações apareça

com a sua natureza híbrida, socio-demográfica ou sociobiológica, integrando os movimentos históricos de reprodução social ou de mudança na vida social.

Retraduzir e enriquecer o recorte desta problemática, com linguagem e aportes sociológicos e antropológicos, não parece ser tarefa analítica nem impossível, nem estranha às ciências sociais. Koppin (1972), entre outros, já argumentou que: "... as fronteiras dos conceitos anteriores podem ser estreitas para o novo conteúdo a que leva o movimento do pensamento. Os conceitos anteriores podem servir de obstáculos à assimilação das novas propriedades e leis. É, por isso, que é indispensável a mudança do aparelho conceitual do pensamento, completando-se com novos elementos".

É preciso, assim, dar historicidade aos conceitos que nos modelos de Lotka especificam os quatro elementos *sine-qua-non* em jogo na realização de dado padrão de sucessão das gerações e completar o traçado da totalidade do processo, com outros elementos indispensáveis à sua concretização histórica, que foram suprimidos pelos supostos de máxima abstração, truncando o seu delineamento. Não há necessidade, nem se deve, abandonar esta teoria, porque ela é fundante desta problemática não formulada em outras tradições científicas, e porque deu certo. É válido o que Kuhn (1982) salientou: "...uma das razões para que se tome a teoria a sério é a de que os cientistas, cujos métodos foram de-

envolvidos e selecionados em vista de seu sucesso, realmente comportaram-se como prescreve a teoria".

Observando-se o rigor metodológico com que Lotka, através de supostos sucessivos, abstraiu-se de dimensões sociais para isolar a dinâmica demográfica endógena pura, conclui-se que não há nenhum impedimento lógico ou metodológico de se seguir uma trajetória inversa, para trazer a figuração da problemática de volta a um patamar mais baixo de abstração, onde fique inteira no seu traçado e compatível com a linguagem e os critérios das ciências sociais. Isso é muito distinto de se propor uma informalização da demografia formal, através de uma interpretação qualitativa espontânea, que acaba sendo influenciada por noções do senso comum.

Pode-se e deve-se retraduzir sociologicamente a problemática inteira. E não apenas a categoria fecundidade, isoladamente considerada, como indicado por Oliveira (1979), que reconhecia a inadequação do conceito sociológico de comportamento reprodutivo, seja como substitutivo de fecundidade, seja como um especificador da sua determinação social, a ela justaposto. O recorte específico deste componente pode ser feito, com vantagens, a partir da problemática retraduzida, sem dissolvê-la, mas mantendo-se os demais elementos sob controle. Pois, como afirmou Zémelman (1982): "... é a problemática que abarca e articula este objeto [a fecundidade] o que,

em definitivo, interessa compreender e explicar". Bourdieu, Chamboredon & Passeron (1975) a esse respeito também entendem que: "Um objeto de investigação, por mais parcial e parcelado que seja, não pode ser definido e construído senão em função de uma problemática teórica que permita submeter a um sistemático exame todos os aspectos da realidade postos em relação pelos problemas que lhe são colocados".

Uma retradução sociológica desta problemática inteira implica sua reformulação em outra figura sintética, que supere as mais graves limitações das formulações originais - inclusive os supostos que truncam sua completa visualização -, mas que preserve as proposições sobre o estatuto teórico dos seus componentes e sobre os nexos de mútuas determinações entre eles.

A primeira limitação, sempre enfatizada pelos cientistas sociais, é que os mecanismos causais F e M são formulados como intensidade e velocidade dos fluxos de nascimentos e de mortes, em analogia a noções da física, ou seja, como acontecimentos macro-coletivos automáticos, sem autor nem ator. Além disso, fica implícita a idéia de que a natureza desses automatismos é puramente biológica, dado os supostos iniciais. Isso significa dizer, que tais modelos não reconstroem, direta e explicitamente, a gênese dos mecanismos centrais. Dado que não indicam como são socialmente produzidos os fluxos de nascimentos e mor-

tes, cujas intensidades e velocidades são consideradas as causas do movimento maior, esses mecanismos centrais ficam indefinidos e indeterminados.

Uma reconstrução não mecanicista da problemática precisa tratar explicitamente dos cursos de ações que dão vida aos momentos e mecanismos da produção social das novas gerações (isto é, da produção dos homens, na expressão de Oliveira-1977, ou da produção das descendências dos casais, na linguagem de historiadores e antropólogos estudiosos da família). Assim como das relações sociais que os sustentam, sempre embebidas por elementos subjetivos e simbólicos. Isto requer dar visibilidade às formas pelas quais os sujeitos combinam e encadeiam suas ações referidas à preservação da sobrevivência e saúde e à procriação para a constituição de proles, elementos ativos na produção social das mortes e dos nascimentos vivos. É nesse rumo que se tece, aqui, uma retradução sociológica das formulações de Lotka.

4 - A Explicitação de Novos Conceitos, Categorias e Nexos de Determinação: Primeiro Passo de Uma Retradução Sociológica da Problemática

Os coeficientes específicos de mortalidade por idade (${}_nM_x$) não são meras taxas ou artefatos técnicos.

São conceitos, ou seja, elementos significantes nos modelos de Lotka. Como tal, têm um significado: referem-se não só a um nível de mortalidade, mas também aludem indiretamente a um padrão de produção das mortes, inclusive das mortes precoces, em distintas idades ou momentos do ciclo de vida das gerações. Em seu lugar, pode-se colocar a noção de padrão de preservação da sobrevivência e da saúde, objetivando trazer para a área mesma de definição do objeto: os modos e as condições de preservação da sobrevivência e da saúde, cujas falhas ou contradições, geram as mortes precoces e não evitam as mortes de velhos em distintas idades.

Esses modos englobam os cursos de ações, as relações sociais e os elementos simbólicos envolvidos na realização social deste mecanismo, sendo as condições de sobrevivência e de saúde uma resultante dos modos de tecê-las, em dadas as circunstâncias. Os modos pelos quais os sujeitos tecem e experimentam esta dimensão da vida cotidiana podem ser representados como um sistema de práticas e estratégias sociais específicas e referidas a aspectos como alimentação, higiene pessoal, repouso, condições de trabalho, formas de cuidado com a saúde etc. A epidemiologia social tem demonstrado que grande número de distintas dimensões (modos e condições) da vida social podem representar fatores de risco para a saúde e a sobrevivência, sendo esses riscos cumulativos. Define-se aqui, direta e ex-

plicitamente, um primeiro nexo de determinação a respeito deste mecanismo demográfico, que foi, apenas, aludido indireta e eufemicamente pelos ${}_nM_x$. Ou seja: em dadas circunstâncias da vida social, certos modos de agir e de se relacionar para garantir a sobrevivência e a saúde (o exercício de certo sistema de práticas e estratégias sociais específicas), têm alta probabilidade de gerarem certas condições de sobrevivência e de saúde, como resultados diretos.

A derivação da noção de sobrevivência da idéia de mortalidade é uma operação metodológica compatível com as práticas científicas das ciências sociais e da demografia formal. A construção das tábuas de vida, por exemplo, parte dos ${}_nM_x$ observados para derivar as funções referidas à sobrevivência, inclusive as expectativas de vida (e_x) e as relações de sobrevivência (S) usadas nas projeções. E que, numa população fechada, a probabilidade de sobreviver até dada idade exata x (p_x) é o complemento da probabilidade de morte nesta idade x (q_x); ou seja, $p_x=1-q_x$. Neste contexto, num tempo t , todos os integrantes de cada grupo etário, com exceção do grupo de 0-1 ano, são os sobreviventes de um grupo etário anterior. Nas ciências sociais, fala-se da luta pela sobrevivência, do consumo ou desgaste da força de trabalho, entre outros, para se aludir a essa dimensão.

As mortes e as doenças, no caso de constância das circunstâncias sociais, podem ser vistas como

contradições ou falhas dos modos correntes de preservação da sobrevivência e da saúde, ou como consequências não previstas deles (Prezevorski, 1982), já que existem amplas margens de incertezas e de imprevisibilidade neste aspecto da vida pessoal ou coletiva. Também, podem ser vistas como consequências diretas e não desejadas de mudanças na vida social que implicam o surgimento de novas doenças (p.ex.: a difusão da AIDS) ou de novos fatores de risco (p.ex.: acidentes ou contaminação ambiental). Ora percebidos pelos sujeitos, ora não, tais fatos requerem outros modos de garantir a sobrevivência e a saúde, nem sempre imediatamente aceitos, conhecidos e dominados pelos sujeitos.

Esta transformação conceitual elimina os vieses biologizante e mecanicista implícitos na categoria mortalidade dos modelos originais. E com o conceito proposto, pode-se retratar os tipos de práticas cotidianas, de relações sociais e de elementos simbólicos ou subjetivos que - num certo patamar (nível) e com dadas características (estrutura), além das de idade e sexo - garantem a continuidade dos ciclos de vida dos sujeitos e das suas condições de saúde.

As análises sociológicas e antropológicas sobre família, saúde, qualidade de vida e processos demográficos nem sempre têm explorado, adequadamente, consequências lógicas importantes da idéia de que

a sobrevivência e a saúde não são meros dons da natureza, embora ela pareça óbvia. A sobrevivência, frequentemente, é tomada como uma constante, sem se levar em conta que os modos de preservá-la e as condições alcançadas afetam decisivamente inúmeros aspectos da vida pessoal e coletiva. Também, em vários estudos sobre países ou grupos sociais com mortalidade muito baixa e condições de vida elevada, nos quais a rigor não mais se luta pela sobrevivência, afirma-se que a mortalidade já não influencia o ritmo de crescimento vegetativo, como se nesses casos não valesse a definição $r=b-d$. Ou, ainda, como se os modos de manutenção da sobrevivência e da saúde, em elevado patamar, não determinassem a continuidade das elevadas expectativas de sobrevivência, vistas como normais ou naturais.

Muitas evidências empíricas, inclusive históricas, demonstram que maiores ou menores expectativas de sobrevivência (objetivamente observadas e/ou subjetivamente avaliadas pelos sujeitos) e as condições de saúde díspares implicam diferentes modos e condições de se viver as várias fases do ciclo de vida e experiências como o casamento e exercício da sexualidade, a procriação para constituição de proles e a criação e socialização de filhos. Ocorre que a sobrevivência é pré-condição *sine-qua-non* para a realização dessas experiências, embora o inverso não seja verdadeiro. Os modos e as condições

de preservação da sobrevivência e da saúde permeiam todo o circuito de produção das novas gerações, sendo as proles e as descendências constituídas compostas por filhos que foram sobrevivendo. Estas não são meras consequências necessárias do exercício exclusivo da sexualidade ou da procriação. Por isso, as teorias da demografia formal, inclusive a de Lotka, afirmam a centralidade deste mecanismo no circuito da sucessão das gerações.

Aliás, Marx (1968) também enfatizou o peso das condições de sobrevivência e saúde na determinação da rápida sucessão das gerações na parcela mais pobre da classe operária inglesa de sua época, que ele não via como "população fechada". Tratando dessas condições enquanto gasto ou consumo da força de trabalho (Oliveira, 1977), ele afirmou: "Nessas circunstâncias, o crescimento absoluto [crescimento global saldo vegetativo + saldo migratório] dessa parte do proletariado exige que seus elementos aumentem com velocidade maior que aquela em que são consumidos [pelas doenças e mortes precoces]. Rápida substituição, portanto, das gerações de trabalhadores (a mesma lei não se aplica às outras classes da população). Esta necessidade social é satisfeita por meio de casamentos prematuros, consequência necessária das condições em que vivem os trabalhadores da grande indústria, e pelos prêmios que a exploração das crianças [realizada pelos emprega-

dores capitalistas] proporcionam à sua procriação". Em vista disso, rebate as idéias de Malthus e outros, afirmando que o crescimento vegetativo - ou o ritmo de produção das novas gerações - não é uma mera consequência necessária do exercício da sexualidade e da procriação, nem uma lei natural, imutável no tempo e aplicável a todos os âmbitos coletivos da sociedade. Mas sim, um componente de um processo social e histórico, determinado pelas circunstâncias concretas de vida, quase sempre diferenciadas para distintas classes sociais ou frações destas.

Nos modelos de Lotka, os F_n também são conceitos, têm um significado. Ou seja, aludem eufêmica e indiretamente aos modos e às condições da produção de filhos nascidos vivos, ou a um dado padrão de procriação. Em seu lugar, portanto, pode-se representar, de forma direta e explícita, dado padrão ou regime de procriação. Também neste caso, pode-se figurar, na área de definição da problemática-objeto, as ações, as relações sociais e os elementos simbólicos e/ou subjetivos referidos aos modos e condições de procriação para constituição de proles e descendências.

Na teoria da demografia formal, este mecanismo tem propriedades diferentes do anterior, apesar da mesma natureza demográfica e sociobiológica. Desempenha um outro papel central específico na sucessão

das gerações: o de reposição dos indivíduos de uma população fechada. A procriação não se realiza de modo autônomo na vida social, o seu exercício assenta-se em algumas pré-condições relacionais *sine-qua-non*. Uma primeira, é a constituição de uniões heterossexuais, de variados tipos e durações (inclusive esporádicas), nas quais ocorram relações sexuais do tipo fecundo. Ou, em lugar-disso, haja o recurso a novas técnicas de procriação assistida por médico (inseminação artificial, fecundação "In vitro" e implantação de embriões) ou a técnicas outras envolvendo a mediação de terceiros (p.ex.: o aluguel de útero). Uma segunda, é a preservação de dadas condições de sobrevivência e saúde dos casais, dos embriões e fetos e dos próprios filhos nascidos vivos, para além do nascimento. Por outro lado, dado padrão de procriação gera consequências imediatas para a criação e socialização dos filhos sobreviventes, como têm demonstrado os estudos sociológicos e antropológicos. Condicionando, em boa medida, o teor das relações específicas entre as velhas e as novas gerações, ou o exercício da maternidade e da paternidade, influi na estruturação das famílias enquanto micro-grupos sociais específicos. As expectativas (pessoais e coletivas) face a dado padrão corrente de procriação, também podem afetar o teor das relações sexuais (homo ou heterossexuais, tipos ou frequência de coito) e das relações de gênero (feminino e masculino).

Além dessas especificidades, vale lembrar que o único ator individual que vivencia a inteireza da experiência de procriação é a mulher, ao menos até a atual fase de desenvolvimento das tecnologias médicas. A procriação também tem um duplo caráter processual. Cada experiência isolada de procriação, desdobra-se em etapas sequenciadas - fecundação, gestação e parto -, sendo que cada etapa atingida implica uma alta probabilidade (e não uma completa certeza) de se chegar à seguinte. E isto tem consequências importantes para a mulher e para a regulação social da procriação (Malinowsky, 1973; Davis e Blake, 1967). A constituição de proles quase sempre requer a repetição desta experiência, ao longo do ciclo de vida da mulher ou dos casais e, para tanto, é necessário que as pré-condições acima se mantenham ou se renovem. Dado que as circunstâncias sociais nem sempre são constantes e o duplo caráter processual da procriação, as decisões dos casais quanto à formação de proles e descendências não são tomadas de uma vez por todas, mas sim parceladamente, reajustadas ante às novas condições e expectativas quanto ao futuro (Bongaarts, 1983; Souza, 1992a-1992b).

Por causa dessas especificidades, o exercício da procriação, sempre envolve incertezas. As sociedades sempre elaboraram meios de se evitar tal experiência ou suas repetições sucessivas para a constitui-

ção de proles maiores, seja se interrompendo ou adiando uma destas sequências, seja se livrando do produto (nascido vivo) de uma delas (Malinowsky, 1973; Davis e Blake, 1967; Paige e Paige, 1981; Flandrin, 1988; e outros). Aliás, diferentes instituições sociais formais, com alta legitimidade e poder, tentam regular as condutas, através de alguns mecanismos de controle social, para que a procriação ocorra na vida social. Porém, com certas intensidades e características, que têm variado historicamente.

Muitas contribuições da antropologia têm mostrado que as ideologias correntes e os códigos de parentesco ou de casamento, costumam estabelecer normas e regras de conduta desta ordem, além indicar ligações simbólicas entre pessoas com *status* sociais distintos, as linhas de descendência e os modelos ideais de organização das famílias. Em geral, eles também atribuem valores e significados especiais aos papéis dos diversos membros da família (do núcleo conjugal ou da rede de parentesco), especificando as relações de poder ou de autoridade, os direitos e deveres recíprocos, segundo as idades sociais dos sujeitos, aos gêneros e às gerações. Deste modo, os códigos de parentesco representam coordenadas culturais que situam as pessoas na teia de relações sociais, conferindo-lhes um *status* que implica certas expectativas de condutas (Paige e Paige, 1981; Malinowsky, 1973 e Caldwell, 1976).

Também se sabe que os princípios, regras, prescrições e interdições quanto ao exercício da sexualidade, dentro e fora do casamento, e ao exercício da maternidade ou paternidade, delineiam idealmente as distintas práticas restritivas e expansivas da procriação moralmente aceitas, as circunstâncias em que podem ou devem ser exercidas e a precedência de um tipo sobre o outro, conforme o teor pró-natalista ou anti-natalista das ideologias dominantes (Souza, 1990 e 1992a). As doutrinas e saberes médicos também estabelecem prescrições e interdições a respeito destas dimensões e não apenas sobre os modos de preservar a sobrevivência e cuidar da saúde.

Mas, a efetiva realização dessas disposições culturais requer que esses elementos simbólicos sejam assimilados e aceitos pelos indivíduos, como algo normal ou natural, passando a fazer parte da sua subjetividade. É que, como diz Foucault (1988), o indivíduo age face a um dado código de ação e em relação a um dado tipo de ações "... não simplesmente como um agente, mas sim como sujeito moral dessa ação". As instituições sociais e seus corpos profissionais buscam transmiti-los sobretudo às novas gerações e, para tanto, criam mecanismos quer para a difusão social deles, quer para o controle das condutas, objetivando a rotinização e generalização social (ou preservação com ajustes) de dadas condutas. Entre tais mecanismos, encontram-se os serviços vol-

tados para o atendimento de necessidades básicas que, ao serem ofertados, acabam construindo a própria demanda social por eles (Singer et al.-1978; Loyola et al.-1982; Lerner e Quesnel-1992; Donzelot,1980). Desta maneira, as ações e relações sociais referidas às dimensões demográficas em foco ficam embebidas em elementos simbólicos e subjetivos. Não são aspectos "puramente objetivos" determinados "de fora" por elementos imateriais da cultura.

Num sentido inverso ao movimento de máxima abstração conceitual usado por Lotka, deu-se visibilidade aos nexos dinâmicos entre os modos de procriar (aspectos qualitativos) e as condições de procriação resultantes (que incluem aspectos quantitativos), com fundamento em critérios postos pelas ciências sociais. Coerentemente com isso, pode-se definir padrões de procriação como a realização histórica de um sistema de práticas e estratégias de procriação, em dadas circunstâncias materiais de vida, gerando certos resultados diretos em termos das proles constituídas e das carreiras reprodutivas das mulheres e casais. A noção de fecundidade, aqui, é mantida no seu sentido original preciso: designa a intensidade e a velocidade (ou ritmo) inerente a um dado padrão de procriação para a constituição de proles.

As práticas e estratégias de procriação que são combinadas e encadeadas, assim como as relações

sociais que as sustentam, dizem respeito, especificamente, a aspectos da vida das mulheres ou casais, tais como: 1) o momento do ciclo de vida em que se inicia a constituição de proles e as formas pelas quais este movimento se inicia; 2) a geração de filhos dentro ou fora das uniões conjugais, ou em várias uniões sucessivas; 3) o espaçamento entre os nascimentos dos filhos; 4) o momento do ciclo de vida individual ou familiar em que se encerram a carreira reprodutiva ou o momento da constituição das proles; 5) as formas de interferência direta sobre a vida sexual, sobre a sequência da concepção e gestação, objetivando quer evitar o nascimento de um filho, quer eliminar barreiras que impedem uma experiência desta ordem; 6) as formas de cuidados relativos à gestação, ao parto e ao puerpério (Souza, 1990). Ocorre que o significado de uma dessas práticas não pode ser adequadamente apreendido, quando ela é considerada isoladamente, fora do sistema maior que lhe contém e lhe confere sentido.

Neste outro plano analítico, portanto, fica visível que os sistemas de práticas e estratégia de procriação ou as condutas face à procriação, assim como as disposições subjetivas dos sujeitos a elas associadas, não são mediações na cadeia de determinação da fecundidade ou seja: não são "determinantes próximos" ou "variáveis intermediárias" da fecundidade, como propõem Davis e Blake (1967), Bongaarts

(1983) e outros. São elementos constitutivos da natureza dinâmica e híbrida do fenómeno - sociobiológica e demográfica. São as próprias forças propulsoras da realização social e histórica do mecanismo da procriação, que ficam indefinidas e indeterminadas, nos modelos de *Lotka*. Mas, seu *status* teórico só é percebido, quando a visão do fenómeno deixa de ser truncada por recortes teórico-conceituais quantitativos e ahistóricos, e passa a ser observado diretamente, num plano social e histórico, como o aqui recortado.

5 - Outra Formulação Sintética da mesma Problemática: Segundo Passo da Retradução Sociológica

Em vista do que se disse acima, pode-se formular sinteticamente, nesta retradução sociológica, que a sucessão das gerações, na sua totalidade, é o circuito da realização histórica combinada e encadeada dos quatro mecanismos básicos indicados abaixo, em dadas circunstâncias da vida social:

1º) os modos e condições de formação e dissolução de uniões heterossexuais de diferentes tipos e durações (casamento), onde se realizam práticas sexuais de tipo fecundo, com certa frequência;

2º) os modos e condições de exercício da procriação para a constituição de proles, que frequentemente envolve a repetição de experiências sequenciais e completas de fecundação, gestação, parto e nascimento vivo de um filho, que podem ser seguidas ou intercaladas com ações voltadas para impedir ou interromper o desdobramento de uma ou mais sequências desta ordem;

3º) os modos e condições de preservação da sobrevivência e da saúde dos filhos em gestação e nascidos vivos e dos casais envolvidos no processo, cuja contradição fundamental é a morte precoce;

4º) os modos e condições de criação-socialização dos filhos, que envolve o exercício da paternidade e da maternidade ou os cuidados, a orientação e a preparação dos filhos para o desempenho futuro de diferentes papéis sociais adultos, específicos de cada gênero, relativos à realização histórica tanto deste circuito, como o da produção de bens e serviços.

Nem o exercício da sexualidade dentro ou fora do casamento, nem a criação-socialização dos filhos são, em si mesmos, mecanismos demográficos, já que eles próprios não reproduzem numericamente a sociedade. Mas viabilizam e conferem especi-

tidades à reprodução numérica endógena nas sociedades humanas. Portanto, constituem mediações diretas e decisivas para a realização contínua, articulada e regular da procriação e da preservação da sobrevivência e da saúde, com dados ritmo e forma.

Em analogia aos conceitos de dinâmica da reprodução numérica endógena estabelecido por Lotka e de dinâmica da reprodução social formulado por Marx (citação anterior) e Bourdieu (Passeron.1983). pode-se definir um padrão de sucessão das gerações ou de produção das descendências dos casais como a realização histórica de um dado sistema de práticas e estratégias sociais referidas aos quatro mecanismos mencionados, em certas circunstâncias, implicando dados resultados. Um padrão de sucessão das gerações, não se reduz a, apenas, um destes três elementos, pois é a articulação circular e dinâmica deles, que representa a experiência híbrida da reprodução demográfica e social dos sujeitos em operação.

As práticas e estratégias desta ordem, efetivamente vividas pelos sujeitos, são os elementos propulsores do circuito. Por definição, elas envolvem cursos de ações específicos estruturados por dados tipos de relações sociais e elementos simbólicos ou subjetivos, como valores, expectativas, entendimentos, sentimentos, conhecimentos e representações (Oliveira e Salles, 1991). Ao passarem

por tal tipo de experiência, os sujeitos as escolhem dentro do repertório cultural vivo da sociedade (ou do *habitus*, conforme Bourdieu-1989). As práticas sociais consistem em tipos de ações mais rotinizadas e percebidas como normais ou naturais, como "o que se pode fazer" em dadas circunstâncias. As estratégias implicam margens maiores para avaliações e escolhas entre soluções distintas para um mesmo problema, ou envolvem rearranjos nos cursos de ações orientados para o futuro. O modo (ou sistema) como se combinam e se sequenciam essas práticas e estratégias específicas, ao longo dos ciclos de vida dos sujeitos, segundo a idade (cronológica e social), o sexo e o gênero, representa a estrutura de dado regime (ou a forma geral assumida pelo processo). O ritmo inerente a dado regime de sucessão das gerações, que corresponde à noção abstrata de nível do crescimento vegetativo ($r^a=b-d$) dos modelos formais, fica expresso em aspectos, como: as durações das distintas fases de vida e das transições de uma a outra; a extensão total dos ciclos de vida ou de sobrevivência (longevidade); a velocidade de realização da experiência de formação de proles e descendências entre casais de uma geração ou a velocidade de reinício deste circuito pelas gerações mais novas. Tal ritmo, num sentido, é resultante do sistema de práticas e estratégias sociais desta ordem efetivamente exercidas e, noutro, é um determinante das condições mesmas de vivenciar a experiência de produ-

ção das novas gerações, das condições mesmas de sociabilidade nos âmbitos da vida social onde esta experiência se realiza. Portanto, assim como na teoria original, reafirma-se nesta retradução sociológica o nexos de mútua determinação entre os dois elementos caracterizadores de um dado padrão de sucessão das gerações: estrutura <====> ritmo. Isto é, nela se mantém a reconstrução dinâmica das relações entre processos componentes (mecanismos) e estrutura. Com isso, deixa-se visível, como elemento interno ao movimento da reprodução social, o crescimento dito "vegetativo" - ou o crescimento demográfico endógeno.

Ilustra-se, no quadro 1, uma maneira possível de descrever os regimes observados de sucessão das gerações ou de produção das descendências dos casais. Salienta-se, nesse quadro, que cada momento desta experiência é conformato pela combinação de alguns mecanismos e que, por isso mesmo, em distintos momentos, as práticas e estratégias de determinada natureza ganham precedência sobre outras. Contudo, as práticas e estratégias de preservação da sobrevivência e da saúde passam todos os momentos especificados, explicitando a centralidade deste mecanismo. Em padrões diferenciados, os momentos especificados no quadro 1 costumam ser ordenados, de modos dis-

tintos, nas trajetórias de vida dos sujeitos. Portanto, os momentos do processo maior não devem ser confundidos com as fases de vida individual e familiar (Fortes, s/d; Jelin e Feijoó, 1985). Em alguns padrões caracterizados pela formação de grandes descendências, como os correntes nas elites baianas do século XIX e do início do século XX (Souza, 1992a; Mattoso, 1988; Azevedo, 1987 e Souza, 1992), o casamento registra o momento de fundação de um novo núcleo familiar, antecedendo à primeira gestação ou o nascimento do primeiro filho, fatos demarcadores do início de outro momento, o de expansão da família. Em outros padrões de produção de grandes descendências, como os correntes nas camadas proletárias urbanas da Bahia, no século XX (Woortmann, 1987 e Souza, 1990), as práticas de casar após a identificação de uma gestação, ou após o nascimento do primeiro filho, implicam uma seqüência diferente desses momentos. Outros padrões, configurariam experiências truncadas de formação de proles e descendências, por se realizarem fora do quadro de uniões conjugais estáveis, ou por serem interrompidas por morte de um dos cônjuges ou separações (Woortmann, 1987).

Como salientam Jelin e Feijoó (1985), os tipos de práticas e estratégias exercidas num momento têm implicações diretas e imediatas sobre o modo de vivenciar o momento seguinte, influenciando seja na escolha dos sujeitos quanto às práticas do repertório cultural que serão exercidas no novo momento, seja no ritmo como será vivido.

QUADRO 1
SUCESSÃO DAS GERAÇÕES OU PRODUÇÃO DAS
DESCENDÊNCIAS DOS CASAIS:

Mecanismos combinados ou práticas e estratégias sociais relativas à:		Condições em que são vividos os diferentes momentos do processo:
1º Momento	->	Condições de fundação e de funcionamento de um novo núcleo familiar
* Preservação da sobrevivência e da saúde dos casais		Condições de casar e de vida conjugal
* Casamento e exercício da sexualidade		
2º Momento	=>	Condições de expansão da família*
* Procriação		Produção dos filhos nascidos vivos no sentido da constituição das proles (sobreviventes)
* Preservação da saúde e da sobrevivência dos filhos e do casal		
3º Momento	->	Condições de manutenção da família*
* Criação-socialização dos filhos		Preparação dos filhos (que vão sobrevivendo) para a vida adulta, via participação dos filhos nas atividades domésticas e extra-doméstica da família
* Preservação da saúde e da sobrevivência dos filhos e do casal		Condições de dispersão da família*
4º Momento	=>	Filhos adultos reiniciam o ciclo de produção dos filhos
* Preservação da saúde e da sobrevivência dos casais e filhos		Morte de um dos cônjuges ou de ambos
* Casamento dos filhos ou mudança de residência dos filhos adultos		

Produtos finais: filhos sobreviventes e socializados ao início da vida adulta.

Família - vista enquanto grupo conjugal ou nuclear, distinto de grupo doméstico ou rede de parentes.

Através desse circuito de reprodução social e demográfica, a um só tempo, os grupos familiares concretos se renovam, tanto em termos da substituição dos seus membros individuais, quanto no da preservação de várias das suas características socio-culturais. E são os filhos sobreviventes e socializados até o início da vida adulta - que estão socialmente aptos a repetirem o mesmo circuito - os produtos acabados deste peculiar processo de produção. Contudo, a sua concretização histórica não fica plenamente contida no âmbito da família nuclear, pois envolve ações e relações que ultrapassam as fronteiras dos núcleos conjugais, das redes de parentesco e de relações ao interior de uma classe social particular, como aquelas mantidas com distintas instituições sociais.

Como a problemática-objeto aqui recortada não é a dinâmica da família em si, enquanto micro-coletivo e instituição social, deixa-se de considerar relevantes contribuições da antropologia e da sociologia sobre isso. É muito distinto o recorte da dinâmica da família enquanto objeto central do estudo e enquanto mediação para a conformação dos processos demográficos endógenos que determinam o tamanho e a composição de distintos âmbitos coletivos da sociedade (Zémelman,1982; Oliveira,1974 e 1979; Przeworski,1982).

Vale aqui enfatizar que não existem elos sólidos ou irremovíveis - nem biológicos, nem culturais - en-

tre os tipos de cursos de ações que configuram esses mecanismos. Nenhuma naturalidade biológica ou cultural garante a automática realização combinada e sequenciada, na vida social (pessoal e coletiva), de cursos de ações desta ordem, ou a realização histórica de um dado padrão de sucessão das gerações, como figurado nos modelos teórico-conceituais de Lotka ou de outros cientistas sociais. Ao contrário, como essas dimensões da vida social envolvem incertezas e são inúmeros os fatores que podem afetar a realização histórica desse complexo circuito, existem amplas oportunidades e possibilidades de ocorrerem hiatos ou contradições entre os seus quatro mecanismos, como já advertiram Malinowsky,1973; Davis e Blake,1967; Flandrin,1988 e Bongaarts, 1983.

Assim, mesmo quando o aparato institucional voltado para modelar e regular tais experiências dos sujeitos reúne alta legitimidade e poder e os sujeitos dão uma grande adesão às normas e regras ou aos modelos ideais de conduta propostos, nunca se consegue um completo controle social e institucional das condutas dos sujeitos individuais e a plena realização coletiva dessas disposições normativas. Em realidade, os códigos culturais e as ideologias que se tornam hegemônicas ou dominantes, não guardam uma completa coerência entre si, divergindo em muitos pontos. Além disso, são incessantemente transmitidos às no-

vas gerações de modo não unívoco, por distintos atores e instituições, inclusive pelos pais-de-família. no movimento de criação e socialização de seus filhos. Estão, portanto, expostos a variadas interpretações, reinterpretações ou a atualizações na sua apreensão e/ou formulação. Sendo que, muitas vezes, os sujeitos se defrontam com dificuldades de aplicá-las, em dadas circunstâncias concretas. Por isso mesmo, sempre existe espaço para as rebeldias escapatórias e negociações (Paige e Paige, 1981; Flandrin, 1988 e Foucault, 1988). E esse fato abre amplas possibilidades à desestruturação, diferenciação ou à mudança dos regimes de sucessão das gerações, mesmo em populações fechadas.

Por exemplo, em sociedades como a brasileira e a européia que foram, no passado, essencialmente populacionistas e pró-natalistas em termos ideológicos e práticos, os hiatos ou as contradições no exercício da procriação intensa e da formação de descendências numerosas se exprimiam em dois planos. Num primeiro, relativo à alta frequência de eventos não inteiramente controláveis e/ou imprevisíveis, tais como: o celibato permanente não voluntário, a esterilidade definitiva ou transitória por doença, as perdas fetais espontâneas, a morte de um filho ou de um cônjuge, etc... Num segundo, referido à alta frequência de condutas consideradas "desviantes", nos termos da moral vigente, e mais ou me-

nos reprimidas, tais como: a homossexualidade, o incesto, as relações sexuais não fecundas, o aborto provocado, a doação, venda ou abandono de filhos, o infanticídio etc...(Flandrin, 1988; Mattoso, 1988 e Souza, 1992a).

Em sociedades industriais desenvolvidas, com ideologia dominante anti-natalista, que há mais de um século desenvolveram grandes habilidades de controles restritivos sobre as doenças, as mortes precoces e a procriação, as incertezas desta ordem persistem, embora as noções do senso comum e as ideologias repassadas por distintas instituições, sobretudo médicas, afirmem a alta racionalidade de um "planejamento familiar" restritivo da procriação, fundado no suposto de completa eficácia de certas técnicas de anti-concepção. Bongaarts (1983) apresenta uma boa ilustração disto, para os EEUU, demonstrando que em torno de 93% dos casais acaba experimentando um "evento não planejado", nas suas experiências de formação de proles, tais como: a falha de anti-concepcionais, a esterilidade, a perda fetal, a espera prolongada de uma concepção, a combinação indesejada de sexos dos filhos, o divórcio e a morte de um dos cônjuges ou de um filho.

Essas constatações recomendam que a idéia de determinação mútua entre os mecanismos centrais da sucessão das gerações seja construída em termos de alta proba-

bilidade de ocorrência, em dadas circunstâncias, e não em termos de consequências necessárias ou certas do tipo: causa==>efeito. Em determinadas circunstâncias da vida social, um dado sistema de práticas e estratégias sociais, tem alta probabilidade de ser exercido e de levar a certos resultados imediatos, relativos, por exemplo: ao tamanho e composição das proles e descendências, ao ritmo de constituição das mesmas, às trajetórias de procriação, aos encargos familiares para as mulheres ou casais, à extensão dos ciclos de vida dos casais e dos filhos e ao seu estado de saúde ou higidez física e mental, etc... Quando as circunstâncias de vida se mantêm, muitas vezes, tais resultados podem ser antevistos, ou mesmo desejados. Quando elas mudam, os imprevistos têm maior probabilidade de ocorrer.

Como são múltiplos os fatores demográficos, sociais, econômicos, culturais, ideológicos e políticos, que atuam conjugadamente para configurar as circunstâncias concretas de vida que modelam o padrão de sucessão das gerações, as mudanças de padrão, num mesmo sentido geral, podem ser impulsionadas a partir de diferentes pontos da vida social e podem decorrer de conjugações distintas de fatores. O quadro 2 ilustra esta afirmação. Por isso mesmo, não existe uma única trajetória histórica possível para a ocorrência de uma completa mudança de padrão de sucessão das gerações ou de uma transição demográfica, como distin-

tos estudos históricos têm demonstrado, contrariando hipóteses centrais da Teoria da Transição Demográfica.

Além disso, nem sempre as mudanças estruturais desta ordem são desencadeadas por interferência de fatores externos ao circuito da sucessão das gerações. Mas, frequentemente o são, porque as escolhas dos sujeitos quanto aos modos de realização dessas experiências são profundamente afetadas pelos modos e condições de sua inserção no outro grande circuito da reprodução social, o da produção de bens e serviços, através do qual eles buscam os meios materiais de sustentação da vida imediata. Entre os fatores desta ordem, têm sido destacados: as formas e oportunidades de inserção na produção econômica, os tipos de processo de trabalho, as condições de trabalho e o montante e/ou a estabilidade de ganhos econômicos e financeiros. As condições e modos de preservação da sobrevivência e da saúde, que constituem pré-condições decisivas para a realização dos demais mecanismos da produção das novas gerações, são particularmente sensíveis às variações observadas no âmbito dos sistemas de produção. Numa população aberta, como se mostra no quadro 2, também as migrações e os movimentos de reconversão de classe ou de mobilidade social, ao alterarem o tamanho e a composição de um dado coletivo, influem decisivamente sobre as formas e condições de casa-

mento, de preservação da sobrevivência e da saúde e de criação-socialização de filhos e de procriação. Contudo, as experiências de produção das descendências dos casais, vividas por gerações passadas, não apenas constituem referências diretas de conduta para as novas gerações, mas também conformam circunstâncias socio-culturais decisivas, tais como: 1) as oportunidades de casar mais cedo ou mais tarde, ou de não casar, dadas pelos mercados nupciais, muitas vezes restringidos por regras de endogamia; 2) as condições de higiene (pessoal, doméstica e do ambiente de trabalho), de saneamento, habitação, alimentação e a oferta ou possibilidades de serviços especializados na atenção à saúde (em geral e reprodutiva), 3) as possibilidades dos pais compartilharem, com outros, a criação dos filhos; 4) a disponibilidade de serviços institucionais especializados na educação e socialização das novas gerações; 5) o tamanho e a composição das proles efetivamente constituídas, que compõem o ambiente inicial de sociabilidade para os filhos. Deste modo, as condições e modos de medicalização, de escolarização e de inserção do homem e da mulher na produção, assim como as ideologias difundidas sobre essas questões e a prestação de serviços especializados nesses campos, pelos corpos profissionais de dadas instituições, costumam afetar vários aspectos do circuito em foco, ora no sentido da manutenção do padrão, ora no da sua mudança.

Em circunstâncias de instabilidade de condições materiais de vida, as flutuações e as desestruturações nos regimes de produção das descendências podem prevalecer, mesmo quando os códigos culturais e certos sistemas de práticas sociais apresentam larga vigência no tempo histórico. Muitas comunidades e regiões da Europa pré ou proto industrial, onde era forte o poder das igrejas Católica ou Protestantes, no que tange aos controles das condutas sexual-reprodutiva e face à família, experimentaram significativas oscilações ou mudanças nos padrões de formação de descendências, como já demonstraram Wrigley (1969) e outros historiadores, seja por causa de crises políticas e econômicas, seja por ocorrência de epidemias com longa duração.

Contudo, vários achados sobre as experiências históricas de transição demográfica indicam que, para haver uma completa substituição de um velho padrão, por outro distinto, que passe a adquirir certo grau de generalização, de rotinização ou estabilidade na vida social, são necessárias duas pré-condições decisivas. A saber:

- 1^a) Que as alterações inicialmente ocorridas em algum âmbito societal, gerem problemas ou contradições graves para a efetiva realização de alguns mecanismos ou momentos da produção das descendências, ou que a realização histórica de dado padrão

passa a implicar problemas ou contradições graves em outras dimensões da vida pessoal e/ou coletiva, devido às novas circunstâncias.

- 2ª) Que ocorram alterações em alguns elementos centrais dos códigos culturais ou ideologias dominantes referidos aos componentes da sucessão das gerações, legitimando os modelos ideais de conduta emergentes, com suas novas prescrições e interdições, e/ou que o aparato institucional da sociedade se reorienta para difundir-los, em termos ideológicos e práticos, através de novos discursos e novos tipos de serviços.

As mudanças nos padrões de sucessão das gerações nunca ocorrem, estritamente, da difusão cultural de elementos (puramente simbólicos) trazidos "de fora" da sociedade ou do grupo social em observação, distintamente do que propõem algumas formulações explicativas sobre o processo histórico da transição demográfica.

Pelas razões discutidas, a estabilidade ou a persistência histórica dos padrões de produção de descendências, no transcurso da vida social, nunca é completa, mesmo numa população fechada. Contudo, pode ser admitida como hipótese de figuração do real, em algumas conjunturas históricas caracterizadas por mu-

danças pouco expressivas nas dimensões sociodemográficas em foco. Por exemplo, por todo o século XIX e, ao menos, até a Abolição e a Proclamação da República, as elites baianas e brasileiras reproduziram um ou dois padrões de formação de descendências, com certa estabilidade, que começaram a ser substituídos a partir daí, numa nova conjuntura macro-social (Souza-1992a e 1992b). A noção de estabilidade de um padrão é importante em termos teórico-metodológicos porque, num esquema analítico no qual só se figura a mudança em si - como ocorre com distintas versões da Teoria da Transição Demográfica - é a própria dinâmica de reprodução demográfica, nas conjunturas que antecedem, acompanham e sucedem as fases de transformações, que fica indefinida e indeterminada.

6 - Considerações Finais:

Este esforço de representação sintética da realização histórica dos padrões de sucessão das gerações, enquanto movimento central da reprodução social, buscou construir uma mediação teórico-metodológica para mover o pensamento do plano analítico agregado e abstrato da demografia formal, a outro, compatível com as teorias sociológicas e antropológicas contemporâneas. Mas, sem dissolver as proposições da demografia formal que fundam o recor-

te específico desta problemática.

Assim sendo, não pretende ser um esquema geral explicativo das mudanças socio-demográficas estruturais que acompanharam a constituição e desenvolvimento das sociedades industrial-urbanas, alternativo à versão original da Teoria da Transição Demográfica, o que seria, aliás, uma síntese explicativa impossível (Caldwell, 1976; Greenhalg, 1990). Não é, também, um estudo de sociologia da família ou de sociologia da reprodução humana, mas de demografia como ciência social e que incorpora, criticamente, contribuições desta área da sociologia.

Enquanto mediação teórico-metodológica serviria, como "lentes de aumento", para uma maior aproximação analítica de um objeto de estudo muito importante e para nortear quer a formulação de novas questões de pesquisa, quer a reinterpretação de achados empíricos pertinentes de distintas origens científicas.

As categorias e conceitos utilizados permitem tratar de dimensões qualitativas e quantitativas, materiais e simbólicas, macro ou micro-sociais envolvidas no circuito da produção das novas gerações, sem reproduzir o *modus operandi* da justaposição forçada de conceitos e esquemas analíticos. Mantendo claras correspondências com as categorias e conceitos clássicos da demografia formal, mas revelando a natureza so-

ciobiológica e histórica dos mecanismos demográficos endógenos e a localização deles na vida social, eles possibilitam graduar o foco de aproximação analítica, garantindo a fidelidade primordial à ótica particular desta tradição. Nessa medida, pode-se recortar um mecanismo particular do circuito da sucessão das gerações, sem que se perca de vista seus nexos com a totalidade do processo, quer num dado momento do tempo histórico, quer num longo transcurso temporal.

Os mecanismos centrais ganham um estatuto teórico preciso, enquanto movimentos estruturados e estruturantes construídos pela ação (ou interação) de sujeitos, atores e autores da cena sociodemográfica. Espera-se que eles facilitem as reconstruções empíricas dos fenômenos demográficos desta ordem, como uma força viva da vida social, evitando-se reduções, imprecisões e deslocamentos analíticos contidos tanto no puro quantitativismo, que trata todos os âmbitos da sociedade como população, quanto nos recortes "sociais" ou qualitativos que rompem com as teorias propriamente demográficas.

Além disso, foram propostas algumas hipóteses gerais sobre a determinação social da persistência histórica (estabilidade) e da mudança dos regimes de sucessão das gerações, indicando-se as oportunidades de concretização de experiências históricas, macro ou micro coletivas

desta ordem, bem diferenciadas. Com base nelas, pode-se elaborar perguntas de pesquisa sobre esta problemática, diferentes das fundamentadas apenas na Teoria da Transição Demográfica ou, estritamente, na Teoria das Populações Estáveis, na versão original. E isto ajuda ao enriquecimento do elenco de questões a serem investigadas sobre esta problemática, por que o modo como se teoriza sobre o objeto de pesquisa, impregna todo o processo da pesquisa, como já salientou Parsons (1968): "A teoria não formula apenas o que sabemos, mas também nos diz o que queremos saber, isto é, nos dá as perguntas cujas respostas procuramos".

Assim, esta abordagem ousa apontar um caminho possível para se evitar um certo envelhecimento teórico-metodológico contido, por exemplo, nas rotinizadas tentativas de: 1) descrição das complexas mudanças históricas dos padrões de sucessão das gerações, pelos declínios lineares, autónomos e sequenciados, dos níveis globais de mortalidade e de fecundidade; 2) explicação da "transição da fecundidade" pela mudança de uma "fecundidade não-controlada" para uma "fecundidade controlada".

Tenta superar esta última dicotomia fundada no senso comum, incorporando o entendimento formado por decisivas contribuições sociológicas e antropológicas de que uma fecundidade alta e constante no

tempo não é um efeito da ausência de controles sociais (coletivos e individuais) sobre a procriação. E de que, portanto, não é uma "fecundidade natural" ou "fecundidade não controlada". Da perspectiva formulada neste trabalho, uma fecundidade alta seria uma das expressões (o ritmo) da realização, na vida social, de regimes de procriação intensa, cujos sistemas de práticas sociais envolvem o exercício das práticas de deixar vir os filhos desde o casamento até a menopausa, ou até dado momento significativo do ciclo de vida da mulher ou do casal. Muito estimuladas pela Igreja Católica e outras instituições sociais - e exercidas de modo amplo, por vários séculos, em diversas sociedades, mas com variações - estas práticas de procriação nem sempre levavam à uma procriação igualmente intensa, a proles de mesma dimensão e composição. É que os sistemas de práticas e estratégias referidos a outras dimensões da produção das novas gerações e as circunstâncias materiais de vida não eram sempre uniformes.

Com isso, suscita um esforço de interpretação, mais detalhado e rico, das diferenças de níveis e padrões etários da fecundidade, quando esta é alta. Aponta para os significados e implicações das diferentes experiências de procriação intensa, que resultam em números de filhos nascidos vivos extremamente díspares, como 7, 9, 10 nascidos vivos, ou o dobro disso, 14, 18, 20. Ou, da-

quelas experiências que geram proles com um mesmo número de filhos, mas procriados por mães em idades muito distintas e em intervalos variados, cujos impactos sobre as condições de sociabilidade familiar ou sobre a distribuição etária da fecundidade e nível de crescimento vegetativo são distintos. Ao se visualizar e valorizar tais diferenças de padrões de procriação intensa, libertando-se a análise demográfica do suposto de que só há um padrão de procriação intensa, "o natural", pode-se buscar compreender melhor como tal antiga representação do senso comum foi socialmente construída e preservada no tempo. As tendências de elevação da fecundidade, ou as variações no formato das curvas de fecundidade, sem correspondente declínio dos níveis globais, passam a adquirir significado analítico enquanto sintomas seja de flutuações conjunturais nas experiências de procriação, seja de emergência de mudanças estruturais nesta dimensão da vida social.

Do mesmo modo, esta "lente de aumento" pode viabilizar uma maior aproximação aos padrões correntes de procriação restrita, que não são uniformes, para se poder compreender melhor as suas determinações históricas e suas diferenças significativas, em diversificados contextos ou conjunturas, assim como suas implicações sobre outras dimensões do circuito da sucessão das gerações ou, mesmo, sobre o circuito da produção de bens e serviços. Parecem muito ingênuas as explicações da emergência

e manutenção desses padrões centradas seja no suposto crescimento da racionalidade humana, seja na redução da "demanda por filhos". O imperioso "desejo" individual de se ter pouquíssimos filhos, tão generalizado nos diversos países atualmente, assim como a crescente e já imensa mobilização política dos mais diversos tipos de instituições públicas e privadas, em torno do objetivo de atendê-lo e/ou ampliá-lo, são fenômenos que precisam ser melhor compreendidos, nas suas determinações e implicações.

A perspectiva construída por esta retradução sociológica das proposições de Lotka contesta tanto o fundamento da Teoria de Transição Demográfica, quanto suas interpretações sobre os achados empíricos a esse respeito. Como as mudanças mais significativas nos padrões de sucessão das gerações não começam a se desencadear em todos os âmbitos de uma sociedade ao mesmo tempo (isto é, "na sua população total"), não poderiam estar apenas se iniciando naqueles momentos em que se observam os primeiros declínios sistemáticos nos níveis globais de mortalidade e fecundidade. Quando tais declínios chegam a se explicitar, num plano macro-social, nos níveis médios globais para um país ou região deste, as transformações socio-demográficas estruturais já se encontram avançadas, com ampla generalização de novos sistemas de práticas e estratégias, em segmentos sociais nume-

ESQUEMA DE DETERMINAÇÃO DOS PADRÕES DE SUCESSÃO DAS GERAÇÕES: NÍVEIS E NEXOS DE ARTICULAÇÃO

Suposto: população aberta às migrações

<p>Mecanismos demográficos exógenos e de ajuste estruturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> + migrações imigração <li style="padding-left: 40px;">emigração + mobilidade social 	<p style="text-align: center;">RITMO <=>ESTRUTURA</p> <p>PADRÃO OU REGIME DE SUCESSÃO DAS GERAÇÕES =></p> <p>Condições e modos de realização do (da):</p> <ul style="list-style-type: none"> + exercício da sexualidade/casamento + procriação + preservação da sobrevivência e da saúde + criação-socialização dos filhos
--	---

MEDIÇÕES ESPECÍFICAS:

- + Medicalização +
- Escolarização
- + Participação da mulher no mercado de trabalho ou na atividade empresarial

DETERMINANTES DE ÚLTIMA INSTANCIA:

- + O caráter da economia e das relações de produção
- + A estrutura de classes e a natureza das relações entre classes
- + O padrão de assentamento espacial (rural-urbano)
- + O universo cultural-ideológico e o quadro institucional

ricamente expressivos. E, mesmo em conjunturas com taxas médias globais da fecundidade em elevação, como ocorreu entre 1940 e 1970 em vários estados brasileiros, inclusive na Bahia, pode-se ter um início de desencadeamento de mudanças nos padrões de procriação, no sentido da generalização de experiências de procriação restrita, ou mais restrita que a das gerações anteriores.

Tal perspectiva, portanto, aponta para a necessidade de se definir, mais adequadamente, os marcos históricos empíricos do momento de iniciada transição demográfica, e sobretudo da "transição da fecundidade", em diferentes casos, inclusive no caso do Brasil. No Brasil, este processo vem sendo descrito - em referência à população total do país - como algo muito recente, em realização de 1965 para cá, com um desdobramento extraordinariamente

veloz. No entanto, além de bons argumentos teórico-metodológicos em contrário, algumas evidências históricas dispersas, mas contundentes, inclusive discutidas por Mortara e estudiosos das mudanças na família, já apontam movimentos significativos de mudanças estruturais desta ordem, em regiões ou segmentos sociais específicos, na virada para o século XX, após a Abolição e a Proclamação da República (Souza, 1992a e 1992b; Frias e Carvalho, 1992).

Com critérios e hipóteses incompatíveis com a principal teoria sobre a reprodução demográfica endógena e com as teorias sociológicas sobre a reprodução social, que são paradigmáticas para a demografia enquanto ciência social, a Teoria da Transição Demográfica, não passa de uma metáfora. E como já não ajuda ao avanço científico, precisa ser substituída.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, T.

1987. *Ciclo da vida: ritos e ritmos*. São Paulo: Ática.

BONGAARTS, J.

1983. *Formación de la familia: eventos no planeados*. Bogotá: CCRP e Population Council. (Ensayos sobre población y desarrollo n.19).

BOURDIEU, P.

1974. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.

- BOURDIEU, P.
1989. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.C., PASSERON, J.C. 1975.
El oficio del sociólogo. Buenos Aires: Siglo Veintiuno.
- COALE, A.J., DEMENY, P.
1968. *Regional model life tables and stable population*. New Jersey: Princeton University.
- CALDWELL, J.
1976. Toward a restatement of demographic transition. *Population and Development Review*, 2: 3 e 4, p. 321 - 366.
- DAVIS. K., BLAKE.J.
1967. La estructura social y la fecundidad: un sistema analítico.
In: *FACTORES sociológicos de la fecundidad*. México: CELADE e El Colegio de México. p. 156-197.
- DONZELOT, J.
1980. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal.
- DUARTE, J.C., MONTAU, L.T., OLIVEIRA, M.C.F.A. de e PATARRA. N.
1985. Alguns problemas teórico-metodológicos dos estudos de população na América Latina. *Textos NEPO*, Campinas, nº3.
- FIGUEROA, B., ALBA, F. org.
1982. *Reflexiones teórico-metodológicas sobre investigaciones en población*. México: El Colegio de México y CLACSO.
- FLANDRIN. J.L.
1988. *O sexo e o ocidente*. São Paulo: Brasiliense.
- FORTES, M.
s/d. *O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico*. Brasília. Departamento de Antropologia da UNB. (Textos de aula).
- FOUCAULT, M.
1988. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal.
- FRIAS, L.A. & CARVALHO, J.A.M.
1992. Uma avaliação da fecundidade no Brasil, ao início do século. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v.9, n.2., jul./dez.

- GIDDENS, A.
1993. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP.
- GREENHALG, S.
1990. *Toward a political economy of fertility: anthropological contribution*. **Population and Development Review**, v. 16, n.1, march, p. 85-106.
- HAUSER, PM., DUNCAN, O.D.
1959. *The study of population* Chicago: The University of Chicago. p.1-6
- HENRY, L.
1979. *Concepts actuels et résultats empiriques sur la fécondité naturelle*. In: LERIDON, H, MENKE, J. (ed.), **Fécondité naturelle**. Liège (Belgium), Ondina Edition, p. 17-28.
- JELIN, E, FEIJÓO, C.
1985. *Trabajo y familia en el ciclo de vida femenino: el caso de los sectores populares en Buenos Aires*. *Estudios CEDES*, Buenos Aires, v. 3, n. 8/9.
- KERTZER, D.
1984. *Anthropology and family history*. **Journal of Family History**, v. 9, n.3, p. 201- 216.
- KOPNIN, P.V.
1972. **Fundamentos lógicos da ciência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- KUHN, T.S.
1982. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva S.A.
- LERNER, S., QUESNEL, A. 1992. *La dimensión institucional en la regulación de la fecundidad rural en México: una interpretación*. In: **ATAS DE LA CONFERENCIA SOBRE EL POBLAMIENTO DE LAS AMÉRICAS**. Veracruz: IUSSP, v..3, p. 97-116
- LOTKA, A.
1969. **Teoría analítica de las asociaciones biológicas**. Santiago de Chile: CELADE-N.U.
- LOYOLA, M.A.R , QUINTEIRO, M.C.
1982. **Instituições e reprodução**: estado da **atuação das instituições** sociais no processo de reprodução humana. São Paulo: CEBRAP. (Estudos de Reprodução v.7).

- 124 MAUNOWISKY, B.
1973. *Sexo e repressão na sociedade selvagem*. Petrópolis: Vozes.
- MARX, K.
1968. *O capital* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Livro I, cap.23,v.2.
- MATTOSO, K.Q.
1988. *Família e sociedade na Bahia no século XIX*. Brasília: Corruptio/
CNPq.
- NOTESTEIN, F.W.
1945. *Population - the long view*. In: SCHULTZ, T.W. (org.) *Food for the world* Chicago: The University of Chicago.
- OLIVEIRA, F.
1977. *A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital*. In: *ECONOMIA da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal.
- OLIVEIRA, M.C.F.A.
1974. *Notas sobre união de sexos e família*. In: REUNIÃO DE GRUPO DE TRABALHO SOBRE REPRODUÇÃO DA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CLACSO. 3, São Paulo.
1979. *Classe social, família e reprodução: reflexões teóricas e referências empíricas*. São Paulo: PRODEUR-FAU-USP.
1981. *A produção da vida*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo.
- OLIVEIRA, O., SALLES V
1991. *Reprodução social e reprodução da força de trabalho: reflexões teóricas para o estudo do tema*. *Caderno CRH*, Salvador, n° 14, p. 7-30, jan/jul.
- PAIGE, K.E. PAIGE, J.M.
1981. *The politics of reproduction ritual* Berkeley: University of California Press.
- PARSONS, T.
1968. *The structure of social action*. New York: The Free Press.

PASSERON, J.C.

1983. *La teoría de la reproducción social como una teoría del cambio: una evaluación crítica del concepto de "contradicción interna"*. **Estudios Sociológicos**, México, v.1, n°3, p.417-442.

PATARRA.N.

1973. *Transición Demográfica: resumen histórico o teoría de población? Demografía y Economía*, México, v. 3, n°1.

PRESSAT, R.

1967. *El análisis demográfico*. México: Fondo de Cultura Económica.

PRZEWORSKI, A.

1982. *Teoría sociológica y el estudio de la población: reflexiones sobre los trabajos de la Comisión de Población y Desarrollo de CLACSO*. In: **REFLEXIONES teórico-metodológicas sobre investigaciones en población**. México: El Colegio de México y CLACSO.

SINGER, P. CAMPOS, O. e OLIVEIRA. EM. de.

1978. *Prevenir e curar: o controle social através dos serviços de saúde*.

QUESNEL, A. e VIMARD, P.

1988. *Dynanique de population en economie de plantation. Le Plateau de Dayes au Sud-ouest du Togo*. Paris: ORSTOM.
Rio de Janeiro: Forense Universitária

SOUZA, GA.A. de .

1990. *Deixar vir os filhos. A produção de proles numerosas*.
Caderno CRH, Salvador, no. 13, p. 5-37, jul./dez..

1991. *A hipótese da convergência: uma ilusão de ótica*. **Caderno CRH**, Salvador, no. 15, p.47-69, jul./dez..

1992a . *Procriação intensa na Bahia: uma "naturalidade " socialmente construída*. **Caderno CRH**. Salvador, no. 17, p. 57-79, jul./dez..

1992b. *Difusão de práticas restritivas da procriação: momentos, mecanismos e determinações*. In: **CONFERÊNCIA LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, LA TRANSICIÓN DEMOGRÁFICA EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 4**, México: ABEP, CELADE. IUSSP, PROLAP, SOMEDE.

126 WRILEY.E.A.
1969. *História y población. Introducción a la demografía histórica*
Madrid: Guadarrama.

ZÉMELMAN, H.
1982. Problemas en la explicación del comportamiento reproductivo (sobre las mediaciones). In: REFLEXIONES teórico-metodológicas sobre investigaciones en población. México: El Colégio de México y CLACSO.